

O isolamento em dobro: As crianças e adolescentes institucionalizadas e as formas do vivenciar o isolamento social em tempos de pandemia de Covid-19



Roberta do Nascimento Mello¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar impactos percebidos a partir do trabalho de campo junto a uma Unidade de Acolhimento do estado da Paraíba investigando vivenciar a pandemia de Covid-19 por crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente. A Unidade de Acolhimento onde está sendo realizada a pesquisa etnográfica acolhe atualmente 13 crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos, sendo meninas e meninos, todos em idade escolar. A partir da categoria de “isolamento em dobro”, busco refletir a partir dos fenômenos observados na pesquisa de campo como essas crianças e adolescentes estão vivenciando e lidando com a pandemia de covid-19 e seus principais impactos, sendo entre eles: a perda da escola enquanto espaço de sociabilidade além dos muros da instituição, a hibridização dos tempos e a ociosidade.

Palavras-chave: criança, adolescente, pandemia, acolhimento institucional, isolamento social.

Abstract

This article aims to analyze the impacts perceived from fieldwork at a Shelter Unit in the state of Paraíba experiencing the Covid-19 pandemic by institutionally sheltered children and adolescents. The Shelter Unit where the ethnographic research is being carried out currently shelters 13 children and adolescents between 10 and 16 years old, being girls and boys, all of school age. From the category of "double isolation" I seek to reflect, based on the phenomena observed in the field research, how these children and adolescents are experiencing and dealing with the covid-19 pandemic and its main impacts, including: the loss of school as a space for sociability beyond the walls of the institution, the hybridization of times and idleness.

Keywords: child, adolescent, pandemic, institutional care, social isolation.

¹ Mestranda em Antropologia pelo PPGA/UFPB; integrante do GRUPESC/UFPB; integrante da Rede-Antropocovid. E-mail: roberta.mello.21jan@gmail.com

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar los impactos percibidos del trabajo de campo con una Unidad de Albergue en el estado de Paraíba que investiga la experiencia de la pandemia de Covid-19 por parte de niños y adolescentes acogidos institucionalmente. La Unidad de Acogida donde se realiza la investigación etnográfica alberga actualmente a 13 niños y adolescentes de entre 10 y 16 años, niñas y niños, todos en edad escolar. Desde la categoría de "doble aislamiento" busco reflexionar, con base en los fenómenos observados en la investigación de campo, cómo estos niños, niñas y adolescentes están viviendo y enfrentando la pandemia del covid-19 y sus principales impactos, entre ellos: la pérdida de la escuela como un espacio de sociabilidad más allá de los muros de la institución, la hibridación de tiempos y la ociosidad.

Palabras clave: niño, adolescente, pandemia, atención institucional, aislamiento social.

O jogo começou. Era aquele “imagem e ação”, onde se tira as palavras do saquinho e tem que desenhar o objeto/palavra sorteada para que os outros participantes descubram o que estamos tentando desenhar. Nessa nossa versão do jogo as equipes eram em dupla e a primeira dupla a jogar foi a Muci e a Paloma², as adolescentes tiraram a palavra “proteção” e começaram a desenhar: primeiro elas desenharam uma linha – meio curva, confesso - que dividia a lousa branca em duas partes. De um lado da linha elas desenharam pessoas, bonecos de palitinhos. Todos que estavam jogando tentaram decifrar o que era o desenho, até eu não consegui entender muito bem o que as meninas estavam desenhando – e olha que havia sido eu que tinha escrito as palavras do jogo. Com todo mundo errando a resposta, as meninas continuaram a desenhar, não sem antes reclamar comigo que a palavra era muito difícil: do outro lado da linha elas desenharam bolinhas, todas elas estavam rodeadas de tracinhos – como o desenho do vírus da Covid-19 - e isso foi o estalo para todo mundo tentar um palpite com mais certeza. O primeiro a dar o seu palpite foi o educador social Humberto, que estava me acompanhando naquela atividade, ele falou “é covid” seguido de Lulu, outra acolhida que falou “corona vírus”. Muci, ao ver que as pessoas estavam quase acertando respondeu “é quase isso” e em seguida apontaram para a linha curva e para as pessoas desenhadas em um lado da lousa “essas pessoas estão o que?” e ainda continuamos sem entender, ela complementou “quem tá dentro tá o que?” e foi aí que Julia, uma outra acolhida gritou “é proteção do corona.”

Trecho do diário de campo da pesquisadora: 02 de agosto de 2021

A cena que abre este artigo foi retirada do diário de campo da pesquisadora, resultado de uma pesquisa de mestrado - que ainda se encontra em andamento³ - sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes e sociabilidades em tempos de pandemia de covid-19. A cena em questão aconteceu na tarde do dia 02 de agosto de 2021

² Visando preservar as identidades das crianças e adolescentes interlocutores desta pesquisa todos os nomes citados no artigo são fictícios.

³ A pesquisa em questão se deu no espaço da instituição de acolhimento, em um período de pouco mais de um ano de visitas semanais a Unidade, onde a observação participante foi o principal método de coleta e produção de dados.

em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes localizada no estado da Paraíba⁴.

Esta era uma brincadeira pensada para passar o tempo das crianças e adolescentes residentes na instituição, porém algo me pegou desprevenida. A brincadeira era uma espécie de “imagem e ação”, daquelas que um dos jogadores tira uma palavra de um saquinho, desenha em um quadro algo relativo à palavra sorteada e os outros participantes tentam adivinhar o que significa o desenho.

Na nossa versão do jogo as equipes eram em duplas, conforme foi escolhido pelas crianças e adolescentes que estavam jogando. Quem começou o jogo foi Muci e Paloma, duas adolescentes, ambas com 13 anos. As garotas tiraram do saquinho a palavra “proteção”, uma das palavras do “projeto original” da brincadeira⁵. Seguindo esse “projeto original”, coloquei a palavra “proteção” pensando no contexto do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas as adolescentes tiveram uma recepção a essa palavra diferente da que eu esperava, isso porque elas interpretaram e ressignificaram a palavra “proteção”, não ligando ao contexto de proteção do ECA, mas em outro, ligada a proteção da Covid-19. Corroborando com o que Clarice Cohn (2005, p. 33) nos fala sobre a criança não saber menos e sim saber outra coisa.

A resposta das adolescentes a partir do desenho feito na lousa acabou não só mostrando o que elas pensam sobre a pandemia, mas também mostra o como elas se relacionam com o mundo ao redor, refletindo também sobre as suas experiências (HARTMAN, 2020). Para elas, era o “estar do lado de dentro da linha” que garantia a proteção ao vírus, em detrimento de quem estava do lado de fora, ou seja, de quem estava desprotegido. Essa situação aliada a outras presenciadas/vividas na instituição em campo acabou mostrando o porquê das crianças acharem que a “covid é só lá fora”, como me falou Paloma um dia, ao pedir para que eu tirasse a máscara em uma de nossas conversas.

Desde março de 2020 o brasileiro teve sua vida totalmente mudada pela chegada de um vírus. De repente tínhamos que estar confinados em nossas casas, tudo isso porque naqueles primeiros meses a única alternativa para mitigar a propagação de um vírus

⁴ Por motivos de sigilo, conforme o acordo realizado com a instituição, o município onde a Unidade de Acolhimento fica localizado será mantido em sigilo de forma a preservar a identidade e intimidade das crianças e adolescentes acolhidas.

⁵ Isso porque a ideia da brincadeira surgiu após a sugestão da assistente social da instituição de acolhimento, que queria que eu fizesse alguma atividade com as crianças e adolescentes acolhidas que fosse em alusão ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

desconhecido que não tinha medicamento e nem vacina era o chamado isolamento social. A rua era perigosa, a nossa casa era segura. A vida de todos mudou, em graus diferentes, mas um ponto era comum: passamos a conviver com um vírus de que nada se sabia, a não ser o fato que ele era letal, como se mostrava todos os dias a partir dos números de infectados e de mortos, que não pararam de aumentar chegando a 610.000 o número de mortos em novembro de 2021, data que escrevo esse artigo.

Mas voltando a março de 2020, mais precisamente aos primeiros dias de pandemia. Aqui no estado da Paraíba, o primeiro decreto de emergência em saúde pública devido a pandemia foi no dia 13 de março de 2020⁶ e desde então ficamos confinados em nossas casas. Recordo-me bem que estava em minha primeira semana de início das aulas de mestrado, quando o primeiro decreto de isolamento social foi emitido pelo governo do estado, causando as suspensões das aulas presenciais na universidade.

Todos os brasileiros, em graus diferentes, tiveram as suas vidas afetadas pela pandemia de Covid-19, isso porque como tão bem nos atenta Maluf (2020) a pandemia é um fenômeno “ eminentemente social ” e completa:

“ De certo modo a gente pode pensar este momento a partir da noção de uma comunidade de destino em que a alteridade, tão central para pensar a teoria e a prática antropológicas, se dissolve aparentemente num grande comum: que é essa pandemia. E digo aparentemente porque a pandemia que atinge a população humana do planeta não atinge do mesmo modo; a quarentena e o isolamento social não acontecem da mesma maneira, as pessoas que adoecem não adoecem do mesmo modo, não são tratadas do mesmo modo e não morrem do mesmo modo. A gente pode dizer então com tranquilidade que a Pandemia de Covid-19 é eminentemente social, tanto nos seus efeitos sobre a vida e a morte de pessoas, quanto sobre as relações sociais, as subjetividades e os modos de vida. Não são apenas nossos frágeis sistemas de saúde que uma epidemia desse porte coloca em evidência, mas também as enormes desigualdades sociais.”⁷

Na fala em questão, Maluf (2020) destaca o quanto que a pandemia de Covid-19 vem como uma lupa que amplia e descortina desigualdades já existentes na realidade brasileira em muitos níveis – de gênero, classe, raça, geração e etc.

O isolamento social não acontece do mesmo modo na sociedade brasileira (MALUF, 2020), inclusive há aqueles que nem sequer tiveram direito ao isolamento social,

⁶ <https://portalcorreio.com.br/pb-emergencia-em-saude-publica-coronavirus/> <Acesso em 10 de novembro de 2021>

⁷ Fala realizada pela prof^a Dra. Sônia Maluf (UFSC/UFPB) na Aula Inaugural do PPGAS/UFAL no dia 08 de maio de 2021 intitulada “Antropologia em tempo real: urgências etnografias na pandemia” exibida pelo *instagram* @ppgas.ufal

visto que não tiveram o privilégio de poder ficar em casa, além de tudo teve aqueles que nem sequer tem uma casa para poder ficar, como é o caso da população em situação de rua. E também tem aqueles grupos que já viviam uma espécie de confinamento, como é o exemplo da população carcerária, dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Se para nós o confinamento é uma novidade, para eles o vivenciar um certo tipo de isolamento já acontecia antes mesmo da pandemia.

Esses três espaços de confinamento – presídios, instituições de medidas socioeducativas e Unidades de Acolhimento Institucional - se fazem presentes desde as sociedades industriais – principalmente as prisões – que nas sociedades pós-industriais foram transformadas – principalmente no caso de adolescentes – em instituições de fins protetivos e socioeducativos (FEIXA, 2021). O convívio anterior com uma espécie de isolamento não significa dizer que esses sujeitos não tiveram as suas vidas afetadas pela pandemia da Covid-19 e pelo isolamento social. É possível citar diversos impactos sofridos, desde a própria falta de estrutura que já é um problema cotidiano desses grupos até as suspensões de visitas de parentes e familiares, e isso se aplica nos três casos supracitados.

Porém neste artigo me dedico sobre apenas um desses grupos citados: as crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente em Unidades de Acolhimentos. O motivo de tal enfoque se dá pela pesquisa de campo que está sendo realizada atualmente com crianças e adolescentes acolhidas em uma instituição desse tipo, e conforme já mencionei, a referida pesquisa está sendo o objeto da minha dissertação de mestrado, que está em processo de construção.

Pensar acerca de como essas crianças e adolescentes vivenciam o isolamento social foi um constructo a partir de leituras e de um processo de reelaboração de uma pesquisa que estava a vias de se efetivar, porém que teve que sofrer inúmeras readequações, manejos e remodelagens devido a pandemia que assolou ao mundo.

A partir das observações já feitas em campo⁸, neste artigo me debruço acerca de três grandes impactos que afetaram a vida dessas crianças e adolescentes: a escola e a adaptação ao modo de ensino remoto; a perda do espaço da escola enquanto um local de sociabilidade

⁸ É importante salientar que a pesquisa mesmo acontecendo de forma presencial, tem tomado todos os cuidados biomédicos e seguido os protocolos de segurança salvaguardando assim a pesquisadora e os interlocutores, além de também estar seguindo diversos pressupostos éticos que vão desde a autorização da Promotoria da Vara do Município como os listados no Comitê de Ética da ABA (Associação Brasileira de Antropologia)

que vai além dos muros da instituição; e, o tempo, ou mais precisamente, a hibridização dos tempos de ociosidade, de lazer e de estudo que acabam sendo consequência direta do isolamento social.

Com isto, utilizo-me da ideia de “isolamento em dobro” para refletir os modos como esses sujeitos, que já se encontravam em uma espécie de confinamento, vivenciaram e vivenciam a pandemia de Covid-19, o isolamento social e os impactos destes.

Elaborei a categoria “isolamento em dobro” enquanto algo que busca dar conta do vivenciar a pandemia por essas crianças e adolescentes acolhidos, que carregam e vivenciam situações muito singulares em relação a tantas experiências de infância e juventude. A categoria “Isolamento em dobro” foi elaborada a partir desta pesquisa etnográfica, mais precisamente da reelaboração dela com a nova realidade pandêmica e que acabou se consolidando junto com as observações e as falas das crianças e adolescentes que sempre reclamavam de “não sair da Casa” ou “não ir pra lugar nenhum”. Com isso, a categoria “isolamento em dobro” é uma junção de um certo tipo de “isolamento” que crianças e adolescentes já viviam antes da pandemia e que só foi acentuado com o isolamento social vivenciado em tempos pandêmicos.

1. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil

O campo de políticas de proteção à criança e ao adolescente no Brasil percorreu um longo caminho até chegar ao que é como conhecemos hoje, principalmente no que se refere a institucionalização de crianças e adolescentes, foco deste artigo. E como forma de não me alongar em um extenso levantamento histórico, resolvi concentrar este tópico em três grandes eventos, mais precisamente três grandes legislações, que marcaram a história da agenda política referente aos direitos das crianças e adolescentes, sendo eles: o Código do Menor de 1927; a Convenção sobre o Direito da Criança de 1989, e, por último a criação e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, legislação que se encontra em vigor até os dias atuais em nosso país.

O Código do Menor, primeira legislação específica para crianças e adolescentes no Brasil promulgada em 1927, preconizava uma ideia de institucionalização de crianças e adolescentes que atendia outros propósitos dos conhecidos atualmente. Em vez de ser uma medida protetiva, a resolução funcionava enquanto uma política higienista de retirada de

menores de dezoito anos enquadrados como estando em situação irregular das ruas (PEIXOTO, 2011), assim como a institucionalização por motivo de pobreza das famílias, quando estas não podiam sustentar suas proles (COSSETIN, LARA, 2016; MOURA, 2005). Desse modo, o Código de Menores de 1927 garantia ao Estado um maior controle sobre a vida das crianças e adolescentes pobres e por consequência de suas famílias (COSSETIN, LARA, 2016).

Por conta disso Cruz (2006 *apud* PEIXOTO, 2011), vai caracterizar o discurso da época enquanto oscilante, que ora estava preocupado em defender a criança e ao adolescente, ora estava defendendo a sociedade contra essa criança e adolescente perigoso. Essa infância perigosa era a infância pobre, abandonada que apresentava perigo para a sociedade. Ou seja, apesar do discurso de “defesa da criança” o objetivo central era a manutenção da ordem social com a retirada dessas crianças e adolescentes das ruas, que eram tidos enquanto delinquentes e perigosos que em nada contribuíam com o desenvolvimento do país (RIZZINI, 2011). Em suma, o ato de institucionalizar crianças estava sempre atrelada as ideias de “infância perigosa” e “infância em perigo” (DONZELOT, 1986, p. 70).

Dois eventos que marcaram o início da virada no que concerne aos direitos das crianças e dos adolescentes foi a promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989), acontecida a nível mundial e a criação e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) a nível nacional. A virada a qual me refiro no cenário de políticas de proteção à infância e à adolescência foi centrada principalmente na ideia de que a criança e adolescente passaram então a ser sujeitos de direitos, em vez de serem apenas alvos de intervenções estatais, além de outras mudanças:

“O termo estigmatizado “menor” foi trocado pelo mais ameno “criança e adolescente”, a política tutelar foi substituída por uma filosofia de “proteção total” à criança, e um evidente objetivo de controlar jovens cedeu lugar ao desejo de garantir seus direitos.” (FONSECA, 2004, p. 1)

Um outro exemplo dessa virada que veio com a Convenção Sobre os Direitos da Criança e o ECA pode ser visto nos casos de institucionalização de crianças e adolescentes: o que antes era feito de modo a proteger a sociedade do “menor perigoso”, agora é feito

para proteger a criança da sociedade, mais precisamente das violências e violações por parte da família (SNIZEK, 2008).

Atualmente, o acolhimento institucional é uma medida protetiva considerada de alta complexidade e utilizada apenas como um último recurso, quando já estão esgotadas as alternativas de preservação dos vínculos familiares, isso porque há uma prioridade em evitar que crianças e adolescentes sejam privados da convivência familiar e comunitária como prevê o art. 19 do ECA (BRASIL, 1990).

De acordo com o parágrafo 2 do Art. 19 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente -, a permanência de crianças e adolescentes inseridas em programas de acolhimento institucional não pode se prolongar além do prazo de dezoito meses. Tendo que a cada seis meses a situação do sujeito acolhido ser atualizada por meio de relatório de uma equipe interprofissional, de forma que a justiça tenha informações sobre essas crianças e adolescentes e possa assim deliberar de forma fundamentada a reintegração ou não desse sujeito ao convívio de sua família biológica. Sendo assim com bases nessas decisões respaldadas em relatórios do judiciário pode haver casos onde esse prazo de dezoito meses seja dilatado e a criança e adolescente continue inserida nesses programas de acolhimento mesmo depois do término do prazo estabelecido na Lei. (BRASIL, 1990).

Além do ECA, há muitas outras diretrizes que determinam como os serviços de acolhimento devem atender as crianças e os adolescentes institucionalizados. Uma dessas diretivas toca no cerne da questão da separação do grupo de irmãos, deixando evidente que a prioridade é a preservação dos vínculos familiares. Por conta disso no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC/2006) se destaca que os serviços de acolhimento institucional devem atender ambos os sexos e as diferentes faixas etárias (VALENTE, 2013), de forma a preservar vínculos consanguíneos entre grupo de irmãos, assim como também a não identificação por placas dos prédios onde funcionam essas unidades de acolhimentos, de forma a evitar a estigmatização das crianças e adolescentes ali acolhidas (BRASILIA, 2009).

2. A Unidade de Acolhimento e o vivenciar a pandemia

A Unidade de Acolhimento Institucional que serve de campo para esta pesquisa de cunho etnográfica fica localizada no estado da Paraíba e atende crianças e adolescentes dos 0 aos 18 anos de idade, de ambos os sexos de forma a manter o previsto nas Orientações Técnicas (BRASÍLIA, 2009) e preservar os vínculos familiares consanguíneos em caso de institucionalização de grupo de irmãos. Atualmente a instituição conta com 13 acolhidos(as), entre as idades de 10 até os 16, sendo seis garotos e sete garotas e contando atualmente com três grupos de irmãos – três meninos, três meninas e um casal de irmãos. A maior parte dos casos de institucionalização na unidade são devido a denúncias de negligência, violência física e violência sexual.⁹

A estrutura da instituição se assemelha muito a uma residência – visto que o espaço era uma residência familiar antes do prédio ser alugado pela prefeitura. O terreno é ocupado por três imóveis, a casa dos fundos onde atualmente apenas um adolescente mora¹⁰; a casa do meio – a maior – onde ficam todas as crianças e adolescentes acolhidos, onde também se localiza a cozinha, a sala de estar e os outros espaços de convivência da casa; e a parte “lá de cima”¹¹, onde fica a área administrativa da instituição e as salas da assistente social e psicóloga.

Todas(os) as crianças e adolescentes residentes na instituição se encontram em idade escolar. Destaco o fato da idade escolar desses garotos e garotas acolhidos(as), pois em minhas observações em campo pude perceber que o ponto mais afetado na vida desses sujeitos em tempos de pandemia foi as suspensões das aulas presenciais e a adaptação ao ensino remoto, como se poderá ver mais adiante.

Falar de crianças e adolescentes em tempos de pandemia é também falar de educação, escola e mudanças nas dinâmicas escolares que os sujeitos em idade escolar do

⁹ É importante salientar aqui que as naturezas citadas dessas institucionalizações são informações oriundas tanto da administração quanto de algumas crianças e adolescentes, porém nem todos(as) acolhidos(as) concordam com os motivos de suas institucionalizações e trazem novas versões quando perguntadas por mim ou pelas outras crianças sobre o porque de ter ido parar na Casa de Acolhimento.

¹⁰ O adolescente em questão é Kaique, de 17 anos, diagnosticado com esquizofrenia e autismo em grau 3. Com a chegada do adolescente na instituição no início de 2021 foram se necessárias diversas mudanças na estrutura, entre elas a mudança das casas, que antes era ocupado pelas meninas passou a ser ocupada apenas por Kaique.

¹¹ Todos os moradores e funcionários da instituição conhecem a área administrativa como “lá em cima”, o que nos leva a um jogo de palavra muito interessante referente a denominação: é “lá em cima” pela localização, por realmente ficar no primeiro andar, mas também acaba se referindo a posição hierárquica que as pessoas – diretor, coordenador, assistente social e psicóloga – ocupa dentro da dinâmica da instituição.

mundo todo tiveram e tem que enfrentar – visto que muitos dos sistemas de ensino, no momento que estou escrevendo este artigo, ainda não voltaram as aulas presenciais, como é o caso dos(as) meus(minhas) interlocutores(as). Em menos de dois meses o sistema educacional brasileiro precisou lidar com uma nova realidade. Um novo aluno chegou as escolas: um vírus que nada se sabia, mas que mudou a vida de todos. Como já foi mencionado, a pandemia de Covid-19 acabou sendo como uma lupa que ampliou e descortinou as mais diversas desigualdades existentes no mundo, incluindo a educacional:

“As escolas foram as primeiras a viver a suspensão de suas atividades e a se ver frente ao inusitado que alterava toda uma organização previamente planejada, conhecida e que nos proporcionava segurança. Frente a uma interrupção abrupta, o calendário escolar, antes com encontros, reuniões, festividades e toda a vida pulsante que acontecia, teve de ser revisto. O caminho seguro que cotidianamente percorríamos encheu-se de pedras e fendas que tinham de ser transponíveis” (ABREU, FRASSÃO, 2020, p. 215)

Para as crianças e adolescentes residentes na instituição de acolhimento em que realizo a minha pesquisa, além da perda da escola enquanto um dos poucos espaços de sociabilidades extra muros da instituição, fazendo assim com que se limitasse à convivência comunitária – principalmente pelo fato das escolas onde as/os acolhidas/os estudam ficam localizadas no mesmo bairro que a instituição fica – o ensino remoto, essa nova realidade do ensino público brasileiro – e mundial – em tempos de pandemia só faz inflar ainda mais as desigualdades educacionais já existentes. Um fato observado em campo e que corrobora com o que muitos autores (TORRADO, LARRAÑAGA, GARMENDIA E BALSERA, 2020; DELL’AGLIO, HUTZ, 2004) mostram foi o fato de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente estarem “atrasados” em termos de idade e nível escolar, assim como o histórico de repetições de séries/turmas, chegando até mesmo a um certo analfabetismo funcional.¹²

As crianças e adolescentes acolhidas da Unidade de Acolhimento em questão, tinham acesso as atividades escolares da seguinte forma: a instituição – representada por algum funcionário - ia até a escola pegar as atividades em formato impresso e as crianças e adolescentes utilizavam na maioria das vezes os celulares dos educadores sociais para

¹² Descobri que muitos dos adolescentes da instituição não sabiam ler quando comecei a conversar com eles pelo instagram e pelo whatsapp e eles sempre me pediam para mandar áudio, pois eles não conseguiam ler as mensagens enviadas.

fazerem as atividades e assistir as aulas online, isso porque a prefeitura não havia oferecido nenhum instrumento tecnológico que pudesse facilitar o acesso as aulas em tempos pandêmicos.

As dificuldades já encontradas na trajetória escolar das crianças e adolescentes acolhidas acaba se ampliando e se tornando ainda mais evidente em tempos de pandemia, quando o sistema de ensino se torna remoto. Além de se adaptar a essa nova realidade, elas precisam também lidar com o fato de ter que dividir o educador social – principal figura que os ajuda nas atividades escolares¹³ – com as outras crianças e adolescentes.

Lidar com as dificuldades do ensino remoto em termos de infraestrutura e das desigualdades educacionais, que não são novidades, são dois grandes impactos sofridos que foram identificados a partir da observação em campo e das conversas informais com as crianças e adolescentes moradoras da instituição. Porém, quando se analisa isto junto a outras consequências da pandemia na vida desses sujeitos percebe-se que eles perdem espaço e importância para os interlocutores, principalmente em comparação a perda da escola enquanto espaço de sociabilidade e o vivenciar o isolamento em dobro, como veremos no tópico seguinte.

3. A perda da escola enquanto espaço de sociabilidade: o “isolamento em dobro”

Muitas das rotinas de diversas crianças e adolescentes tinham enquanto ponto central a escola, ou mais precisamente as idas à escola. Os tempos de ociosidade, de outras atividades extracurriculares e até mesmo de trabalhos – em caso de adolescentes – tinham enquanto base o horário da escola, o turno escolar que se estudava, tudo que se marcava era para depois desse momento. Como, então, ficou agora em tempos de pandemia? As idas à escola ficaram suspensas e o acesso a uma sala de aula se dá por um *link* de grupo de *whatsapp*, ou um *link* de chamada de vídeos em aplicativos como o *Zoom* e o *Google Meet*, ou até mesmo um *link* de uma pasta de atividades no *google drive*. Independente da dinâmica da aula, ela é acessada por um aparelho de celular, ou um computador e da casa do aluno.

¹³ Devido a minha presença em campo uma vez na semana, sempre que eu estava na instituição também era também convocada pelas crianças e adolescentes – e também pelos educadores sociais – a ser uma das ajudantes na hora de auxiliar as crianças e adolescentes com as atividades escolares.

Essas novas dinâmicas de ensino impactam diretamente a forma como essas crianças e adolescentes vivenciam o isolamento social, afinal de contas o deixar de ir à escola afeta muitas facetas da vida dos alunos: o tempo, as atividades, a sociabilidade, a interação com as pessoas que coabitam com esse aluno, os cuidados e muitos outros.

No caso das crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente a perda das idas à escola acarreta uma privação ainda mais impactante em suas vidas: a perda do espaço de sociabilidade que a escola proporciona. E sim, a escola carrega essa qualidade de espaço de socialização para todas as crianças, como um espaço que substitui a casa (SIERRA, 2020), porém para as crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente além de tudo a escola ocupa uma posição como sendo uma das poucas sociabilidades extramuros da instituição que elas têm.

No ano de 2020, principalmente nos primeiros meses do ano, as crianças e adolescentes acolhidas na Unidade viveram um isolamento total, as idas as escolas foram suspensas – principalmente pela antecipação das férias de julho no sistema de ensino público do estado¹⁴ –, as consultas psicoterapêuticas estavam sendo em formato remoto e as visitas dos familiares aos acolhidos seguiram a recomendação de Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹⁵, publicada no dia 16 de abril de 2020, sendo suspensas nos primeiros meses de pandemia, só voltando a acontecer com a flexibilização que estava acontecendo em todo o estado da Paraíba promovidas pelo Plano Novo Normal – PB¹⁶, a partir do decreto de Nº 40.340 de 12 de junho de 2020.

De acordo com a diretora da instituição nos quatro primeiros meses de 2020 “*eles estavam quase ficando doidos*” referindo-se as crianças e adolescentes acolhidos na instituição que durante esse tempo só tiveram contato com os educadores sociais e com os outros acolhidos. Ainda de acordo com ela as crianças e adolescentes só saíram da instituição no mês de junho, para uma festividade junina em um sítio que era propriedade de uma funcionária, mas que antes disso estavam totalmente confinados.

¹⁴ PB antecipa férias escolares devido ao risco coronavírus < <https://portalcorreio.com.br/pb-antecipa-ferias-escolares-coronavirus/> > Acesso em 25 de outubro de 2021

¹⁵ RECOMENDAÇÃO Nº 1, DE 16 DE ABRIL DE 2020. Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/REC/recomendacao-conjunta-01-20-MC.htm <Acesso em 25 de outubro de 2021

¹⁶ <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/novonormalpb> <Acesso em 10 de novembro de 2021

É interessante analisar que apesar dos acolhidos estarem isolados, sem saírem para lugar nenhum durante os quatro primeiros meses de pandemia, o local onde moram em momento algum deixou de ser um espaço de entrada e saída de pessoas, sejam de novos acolhidos como também de funcionários que em suas trocas de plantões sempre retornavam as suas residências.

A intersecção entre público e privado dessas instituições só se reafirma em tempos de pandemia, onde mesmo a casa sendo delas – das crianças e adolescentes acolhidas – ela ainda continua sendo uma instituição, e esta por sua vez é pública. As crianças, apesar de serem moradoras das instituições não tem controle sobre quem entra e quem sai da instituição. Isso sem falar no risco que as crianças e adolescentes sofrem em tempo de pandemia com essas saídas e entradas de funcionários, que em momento algum tiveram suas atividades suspensas.

Essas instituições de acolhimentos sempre tentam em seu funcionamento se aproximar de uma “casa” de verdade para as crianças e adolescentes residentes, mas elas nunca conseguem fugir do caráter híbrido entre uma instituição total nos termos de Goffman (1974) com uma residência comum. O espaço da Unidade de Acolhimento pesquisada é permeado pela disputa dessas duas características, mas sempre vemos a intervenção do administrativo no espaço de morada (SNIZEK, 2020).¹⁷

Conforme já dito, as crianças e adolescentes da Unidade de Acolhimento viveram – e vivem até certo ponto¹⁸ - um isolamento social bem rígido. E devido ao caráter de confinamento dessas instituições, limitando as saídas dos sujeitos residentes, o isolamento acaba não sendo uma novidade em espaços como esse, mas isso não impede as crianças e adolescentes de ansiarem pela volta às aulas, ou melhor ainda, para o retorno a sua família de origem.

Frases como “tia, não vejo a hora de voltar para escola” ou reclamações em relação a não poder sair – principalmente em comparação as suas vidas antes da institucionalização

¹⁷ Essa presença do administrativo vem muito na figura de placas sinalizando os cômodos; avisos por todo o prédio com as regras de convivência, lista de aniversários e placas do uso obrigatório de máscara; listas de dietas das crianças e adolescentes na parede da cozinha; listas com horários dos psicológicos, e também, placas proibindo a entrada das crianças e adolescentes em certos cômodos, como por exemplo a dispensa.

¹⁸ Apesar das crianças e adolescentes não terem retornado as suas aulas presenciais, devido ao movimento de flexibilização pelo Plano Novo-Normal do estado da Paraíba as consultas psicoterapêuticas retornaram a ser presenciais, as visitas dos familiares voltaram a ser permitidas e as crianças e adolescentes em algumas ocasiões acabam saindo da casa para passeios, como as idas à pracinha do bairro e os passeios dos dias das crianças acontecidos na semana do feriado.

- são bem comuns entre as crianças e adolescentes. Por um tempo – em 2021 - até as saídas para a pracinha do bairro ficaram suspensas, porque os educadores não tinham como levá-los e tudo isso só deixava ainda mais explícito esse caráter de ambiente de confinamento que a instituição apresenta, principalmente para as crianças e adolescentes que sempre deixavam claro seus descontentamentos ao terem seus pedidos de ir para a pracinha negado.

4. Os tempos se misturam: a pandemia, a hibridização dos tempos e a ociosidade

Além dos dois pontos já citados nesse artigo enquanto impactos percebidos a partir do trabalho de campo etnográfico dentro da instituição de acolhimento um outro ponto detectado foi o fim da separação do tempo das crianças e adolescentes, o qual tinha enquanto forte contribuinte as idas presenciais a escola e outras atividades como os cursos profissionalizantes e consultas terapêuticas.

Com o início das aulas em formato remoto, onde a sala de aula passa a ser acessada por um *link* para uma chamada de vídeo, a atividade passada pelo professor é enviada pelo *whatsapp* em vez de ser entregue em mãos e devolvida respondida pelo mesmo canal, através de uma foto do caderno, se perdeu essa divisão temporal na qual a escola era uma enorme contribuinte, conforme Feixa (2021) chama atenção, em tempos pandêmicos os tempos/espços deixam de ser segmentados e se hibridizam dentro dos lares.

Boa parte das atividades começaram a resolver de casa, principalmente nos primeiros meses de pandemia, ou como Callai, Brito e Maia (2020) falam o período que “a casa virou mundo” (p. 16). E é nessa “casa-mundo” que as atividades se misturam, e acontece ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Isso também acontece com as crianças e adolescentes acolhidas na instituição, que além de tudo precisam não só dividir os espaços com as outras crianças e adolescentes – coisa que não é novidade, mas também os tempos.

Além de dividir o espaço com crianças e adolescentes das mais variadas idades nesses espaços, os acolhidos também dividem os educadores sociais, principais ajudantes deles na hora de se fazer as tarefas. Tempo, espaços, idades, diferentes séries. Tudo isso que antes já se misturava em casas de acolhimento devido ao caráter heterogêneo de atendimento que essas instituições oferecem, se misturam ainda mais em tempos de pandemia onde não se

tem as idas aos psicólogos, as idas para as escolas em turnos diferentes e tantas outras atividades costumeiras em tempos pré-pandêmicos.

Em tempos de pandemia e de isolamento social, as crianças e adolescentes residentes da instituição ficam no que muitas vezes escutei o corpo técnico da Unidade chamar de *“ficam sem fazer nada”* ou sofrem de *“falta de rotina”*, e havia todo um esforço da instituição para combater essa *“falta de rotina”*. E por muitas vezes as crianças e adolescente corroboram com as opiniões do corpo técnico e funcionários da Casa, reclamando que *“não tem nada para fazer”* durante o dia.

Sempre se busca atividades para as acolhidas fazerem, sempre se cobra dos/as educadoras sociais que estejam desenvolvendo atividades que combatam ao ócio, presenciei em diversas vezes a importância do *“registro”* e do *“tem que registrar tudo”*. Os registros que eram em sua maioria por meio de fotos era a principal prova de que as crianças estavam *“fazendo algo”* – sejam quando elas recebiam visita ou iam para a praça jogar bola - o que por conseguinte mostravam também que os educadores estavam *“fazendo algo”*. Para as crianças e adolescentes o *“fazer algo”* eram brincadeiras, idas à praça, receber os parentes e familiares na visita, já para os adultos o *“fazer algo”* era o trabalho de desenvolver atividades e combater a ociosidade das crianças e adolescentes acolhidas.

O senso comum do tempo ocioso como sendo perigoso para os jovens e as crianças acaba também entrando dentro dos muros da instituição, que tenta a todo custo promover atividades que ocupem este tempo, Franch (2018) já fala sobre como a preocupação de ocupar o tempo dos jovens de camadas populares também se faz presente em políticas públicas que buscam combater a ociosidade.

Em tempos de pandemia essa ociosidade se vê ainda mais demarcada, foram diversas vezes que pude escutar das crianças e adolescentes comentários como *“precisamos passar o tempo”*, ou que tal coisa é boa porque *“ajuda a fazer o tempo passar rápido”* – inclusive a brincadeira de *“imagem e ação”* relatada no início deste artigo só foi aceita pelas adolescentes por conta dessa justificativa, elas tinham expectativas de que brincar ajudaria o *“tempo a passar”*.

É interessante observar é quem ocupa dentro da instituição esse lugar de separar os tempos que a escola antes ocupava: o celular, ou mais precisamente o *“horário do celular”*. O *“horário do celular”* é uma das tantas regras existentes dentro da instituição, ela está sempre em mudança em termos de horários e tempos de duração, mas a ideia sempre permanece a

mesma: o uso do celular por parte das crianças e adolescentes são estipulados apenas para aqueles horários determinados pela direção da instituição. Junto aos horários das refeições, a “hora do celular” é um dos auxiliares na divisão do tempo das/os acolhidas/os.

O caso da instituição de acolhimento, onde o celular se torna um dos aliados centrais na organização do tempo remete muito ao que Feixa (2005 *apud* FEIXA, 2021) já apontava sobre esse caráter central do celular na vida dos sujeitos e que conforme o autor fala, se consolida ainda mais na atualidade, ainda mais em tempos pandêmicos (FEIXA, 2021).

O celular dentro da instituição exerce um papel importantíssimo, além de ser com os celulares que as crianças e adolescentes assistem as suas aulas, respondem seus professores é também a ferramenta de contato com as pessoas de “fora”, familiares, amigos e a pesquisadora¹⁹, ele é também um elemento essencial na organização do tempo, conforme já mencionado.

Considerações finais

Abri este artigo trazendo uma cena etnográfica observada em campo, em um jogo com as crianças e adolescentes da Casa que traduzia bem o sentimento de que a Covid-19 só circulava no lado de fora e que não chegava dentro da instituição. E essa ideia toma conta de todos – de funcionários a acolhidas/os. A ideia da linha desenhada por Muci, como sendo o que divide os que estão protegidos da Covid e aqueles que estão desprotegidos pode ser muito bem usada para significar a função que o muro da instituição, que representaria esta linha. Sendo assim, seria o muro o que separava o “estar protegido” e o “estar desprotegido” do vírus que circulava.

E isso acaba se corroborando ainda mais em situações onde as crianças e adolescentes me pedem em minhas visitas à instituição para tirar a máscara, alegando que ali dentro não havia covid-19, ou como Paloma me disse quando eu estava ajudando em uma atividade de história da escola e a adolescente me pediu para tirar a máscara com a justificativa de “porque o covid é só lá fora, aqui não tem”

¹⁹ Incluo-me no grupo de pessoas de “fora” pois durante a pesquisa de campo uma ferramenta que se mostrou aliada em tempos onde não havia a possibilidade da minha ida a instituição foram as redes sociais, principalmente *whatsapp* e *instagram*. A primeira utilizada apenas para conversas e a segunda para também ver postagens e cotidianos das adolescentes através dos stories.

Desde que a pandemia de covid-19 teve seu primeiro caso confirmado no Brasil no dia 26 de fevereiro de 2020²⁰ sempre tivemos essa ideia de que a rua é perigosa, o vírus circula apenas na rua e não em nossas casas. Os discursos das crianças e adolescentes residentes da instituição de acolhimento não foge disso, o que mostra que apesar de estarem isoladas – duplamente, diga-se de passagem – elas não estão excluídas do mundo.

O vivenciar a pandemia de covid-19 não é igual para todas/os/es. Isso bem já sabemos. Como por exemplo as distinções do experienciar a pandemia de crianças e adolescentes que moram com seus familiares em comparação com crianças e adolescentes que vivem em unidades de acolhimentos.

Textos acadêmicos, reportagens e legislações que convergem os temas infância, adolescência e pandemia tocam muito nas questões dos riscos que as crianças e adolescentes – principalmente o primeiro grupo – sofrem ao estarem expostos e isolados com quem são seus possíveis abusadores, visto que na maioria das vezes os casos de violência física e sexual contra crianças e adolescentes acontece dentro das suas casas e seus abusadores são parentes, caracterizando essa violência enquanto intrafamiliar (ALMEIDA, 2007), definida pela autora enquanto “uma modalidade de violência que se processa dentro da família” (ALMEIDA, 2007, p. 24). Porém isto não se aplica as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente. Esses sujeitos em vez de ficarem confinados junto as suas famílias acabam se afastando ainda mais delas em tempos de pandemia, visto que as visitas – principal meio de rever os familiares – foram suspensas em tempos pandêmicos.²¹

Além desse ponto citado, há muitos outros citados neste artigo que fazem com que o vivenciar a pandemia de covid-19 dessas crianças e adolescentes diferenciem-se e se mostrem singulares em comparação a tantos outros casos.

As crianças e os adolescentes acolhidos institucionalmente na Unidade pesquisada ainda vivenciam o isolamento social, visto que para eles isso não é uma novidade. Porém, eles ainda estão experienciando o “novo-normal”, as saídas da instituição são sempre com os usos de máscara, o retorno presencial a escola que está por vir e tantos outros fatores

²⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano> <Acesso em 15 de novembro de 2021>

²¹ Em meu período de campo as visitas já haviam voltado ao normal, então não acompanhei diretamente como foi os primeiros meses de pandemia onde as crianças ficaram sem contato físico com os parentes, sendo assim, não é possível saber como as crianças e adolescentes vivenciaram essa época.

que ainda não se é possível detectar, por este está sendo um processo que está em constructo.

Referências

ABREU, Bárbara Cecília Marques; FRASSÃO, Magali Oliveira. Tempos de isolamento social: infâncias nos encontros virtuais. IN: **Sociedad e Infancias**, 4, 2020: 185-288

ALMEIDA, Suely. “Essa violência maldita”. In: ALMEIDA, Suely (org). **Violência de Gênero e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007

BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990**: dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente

BRASILIA. **Orientações técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. 2009.

CALLAI, CRISTIANA; et al. Transver o mundo: linguagens criativas de crianças em situação de confinamento. IN: **Revista Nupeart**, Vol. 04, 2020.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

COSSETIN, Marcia. LARA, Ângela Mara de Barros. O percurso histórico das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente no Brasil: o período de 1920 a 1979. IN: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n° 67, p. 115-128, mar, 2016

CRUZ, L. R. **(Des)articulando as políticas públicas no campo da infância**: implicações da abrigagem. Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2006.

DELL’AGLIO, D., HUTZ, C. S. Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. IN: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 17(3), 341-350, 2004.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FEIXA, Carles. Uma geração viral? Adolescência e confinamento. IN: **TOMO**, n° 38, Jan-Jun, 2021.

FEIXA, Carles. O quarto dos adolescentes na era digital. In M. Regina da Costa & E. Murilho Silva (Orgs.), **Sociabilidade Juvenil & Cultura Urbana**. São Paulo: EDUC, 2005, p. 79-110.

FONSECA, Claudia. Os direitos da criança –Dialogando com o ECA. IN: FONSECA, Claudia; et al (orgs). **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANCH, Mónica. De tempos em tempos: reflexões sobre a categoria tempo nos estudos sobre juventudes. IN: **Revista TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 99-128, jan./jun. 2018.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Editora Perspectiva S.A., 1974.

HARTMAN, Luciana. Como fazer pesquisa com crianças em tempos de

pandemia? perguntemos a elas. IN: **Revista Nupeart**, Vol. 04, 2020.

MOURA, Lia Cruz. Estado Penal e Jovens Encarcerados: uma História de Confinamento. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo, 2005.

PEIXOTO, Luciana Alencar. **Sentidos sobre o processo de saída de adolescentes de uma instituição de acolhimento**. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Psicologia, UFAM, Manaus.

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores: do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um Histórico da Legislação para a Infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). *A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011

SIERRA, Pedro Daniel Martinez. Aproximación a las implicaciones sociales de la pandemia del COVID-19 en niñas, niños y adolescentes: el caso de México. IN: **Sociedad e Infancias**, 4, 2020: 185-288

SNIZEK, Barbara Kiechaloski. **Chegadas e partidas**: um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas-lares. 2008. 196f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFPR, Curitiba.

TORRADO, Joana Miguelena; et al. IkasLagun Posta. Una iniciativa de refuerzo académico en los recursos residenciales de Gipuzkoa tras el

COVID-19. IN: **Sociedad e Infancias**. 4, 2020: 185-288

VALENTE, Jane. **Família acolhedora**: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus, 2013.